

Tribuna Parlamentar

INFORMATIVO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

alepe.pe.gov.br

FOTO: ALEPE



Educação alimentar

Em tempos de consumo de itens industrializados, ricos em açúcar e gordura, as salas de aula passam a ser espaços para conscientização sobre a importância de uma alimentação saudável. A inclusão das escolas nessa discussão foi provocada por lei federal que entra em vigor em novembro.

ACONTECEU NA ALEPE

■ Números da educação no Estado

O avanço de Pernambuco em indicadores como rendimento acadêmico, alfabetização e redução do abandono escolar recebeu destaque em audiência pública da



FOTO: ROBERTO SOARES

Comissão de Educação e Cultura, na qual o Governo do Estado apresentou o Relatório Anual de Educação 2017. O levantamento apontou, por sua vez, a diminuição no número de matrículas escolares. A exposição do documento é uma exigência da Lei de Responsabilidade Educacional.

■ Ministério Público

A importância de ampliar a participação dos cidadãos na atuação do Ministério Público foi discutida em setembro, durante encontro da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular. O tema do debate foi "30 anos de Constituição: Qual o Ministério Público que queremos?". A audiência pública foi realizada em parceria com o sindicato dos servidores do órgão, o Sindsemppe.

EM FOCO

Alimentação Saudável

"A comida de verdade não é a industrializada, que você põe no micro-ondas, aquece e come. É a que você faz", frisa Carlos Monteiro, coordenador do Guia Alimentar para a População Brasileira, publicado pelo Ministério da Saúde em 2014. Junto à chef de cozinha Rita Lobo, ele explica, na série Comida de Verdade, disponível no *Youtube*, como fazer escolhas alimentares mais saudáveis. Nos episódios, debatem sobre os tipos de alimentos e dão dicas de como ler rótulos. Divulgado pelo canal Panelinha, o conteúdo foi produzido em parceria com o Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo (USP) e conta com apoio da Sociedade Brasileira de Cardiologia.



FOTO: REPRODUÇÃO/INTERNET



Fique Sabendo

Veja as 10 aulas do curso no canal *Panelinha*



VOCÊ NA ALEPE

"É de suma importância que a gente possa ter eventos que divulguem e valorizem o patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial. Entendo que encontros como esse são fundamentais para preservação da memória."



Maria do Rosário

Professora de História da Unicap, durante evento promovido pela Assembleia Legislativa no Museu Palácio Joaquim Nabuco, no dia 18 de setembro. O encontro integrou a 12ª Primavera dos Museus.

"Viemos trazer os estudantes para conhecer o funcionamento do Poder Legislativo, que é responsável pela formulação das leis. Esse contato é interessante por contribuir para a formação da cidadania dos jovens."



César Galindo Vaz

Professor da Escola Técnica Estadual Francisco Jonas Feitosa da Costa, do município de Arcoverde (Sertão), durante Aula de Cidadania no dia 12 de setembro. A visita é viabilizada por meio do Projeto Conhecendo a Assembleia de Perto.

Acompanhe também os perfis da Alepe nas redes sociais e fique por dentro das atividades que acontecem dentro da Casa. Além de informar, as plataformas também facilitam a participação dos cidadãos no Legislativo, construindo debates e colaborando com decisões importantes para a vida do povo pernambucano.



assembleiape



alepeoficial



assembleiape



alepenatv

O Jornal Tribuna Parlamentar é uma publicação de responsabilidade da Superintendência de Comunicação Social da Assembleia Legislativa - Departamento de Imprensa.



EXPEDIENTE: MESA DIRETORA: **Presidente**, Deputado Eriberto Medeiros; **1º Vice-Presidente**, Deputado Pastor Cleiton Collins; **2º Vice-Presidente**, Deputado Romário Dias; **1º Secretário**, Deputado Diogo Moraes; **2º Secretário**, Deputado Vinícius Labanca; **3º Secretário**, Deputado Júlio Cavalcanti; **4º Secretário**, Deputado Álvaro Porto. **Superintendente de Comunicação Social:** Mardoqueu Silva. **Chefe do Departamento de Imprensa:** Isabelle Costa Lima. **Editores:** Isabelle Costa Lima e André Zahar. **Revisão:** Cláudia Lucena. **Repórteres:** André Zahar, Edson Alves Júnior, Gabriela Bezerra, Ivanna de Castro, Júlia Guimarães, Luciano Galvão Filho e Geanne Gouveia (estagiária). **Gerente de Fotografia:** Roberto Soares. **Edição de Fotografia:** Breno Laprovitera. **Fotógrafos:** Jarbas Araújo, Lourival Maia e Sabrina Nóbrega. **Tratamento de Imagem:** Giovanni Costa. **Design:** Brenda Barros. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior. **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 - Recife-PE. Fone: 3183-2126. PABX: 3183-2211. E-mail: scm@alepe.pe.gov.br

● SÉRIE ESPECIAL

O que a agropecuária de Pernambuco espera da política?

Oscilações fazem parte da rotina de quem planta e cria: dedicar-se à produção rural é estar às voltas com as variações dos preços, das taxas de câmbio e das condições climáticas. Não bastassem os riscos inerentes à atividade, as eleições ampliam as dúvidas sobre o futuro do País. Na segunda reportagem da série “Economia e Eleições”, examinamos como essa incerteza afeta a agropecuária - setor cuja produção é a que mais cresce em Pernambuco.



Luciano Galvão Filho

O preço do dólar impacta a economia agrícola. Quando cai muito, dificulta as exportações porque a produção brasileira se torna mais cara para os compradores estrangeiros. Se sobe demais, aumenta os custos de insumos importados, como herbicidas e fertilizantes, e reduz a lucratividade dos produtores.

Nos anos eleitorais, cada pesquisa de intenção de voto costuma afetar o preço do dólar. Porém, 2018 tem sido especial. Em agosto, levantamento da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) identificou que a moeda norte-americana tem oscilado mais nesta disputa do que nas três eleições passadas. “Bom

para nós seria se houvesse uma estabilidade maior”, resume Jailson Lira, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Petrolina, que representa os fruticultores do Vale do São Francisco – região que, em 2017, exportou US\$ 145 milhões em mangas e uvas.

Outra questão que dificulta a competitividade da agropecuária pernambucana é a segurança hídrica. “Nosso Estado tem cerca de 80% do território no Semiárido, convivendo habitualmente com a seca”, lembra o presidente da Federação da Agricultura de Pernambuco (Faepe), Pio Guerra.

O empresário critica a ausência de alternativas viáveis para a captação e distribuição de água às regiões produtoras, como no projeto da Transposição do Rio São Francisco. Ele aponta que os poucos planos desse tipo em operação destinam-se a garantir o abastecimento das áreas urbanas, mas não alcançam as zonas rurais, o

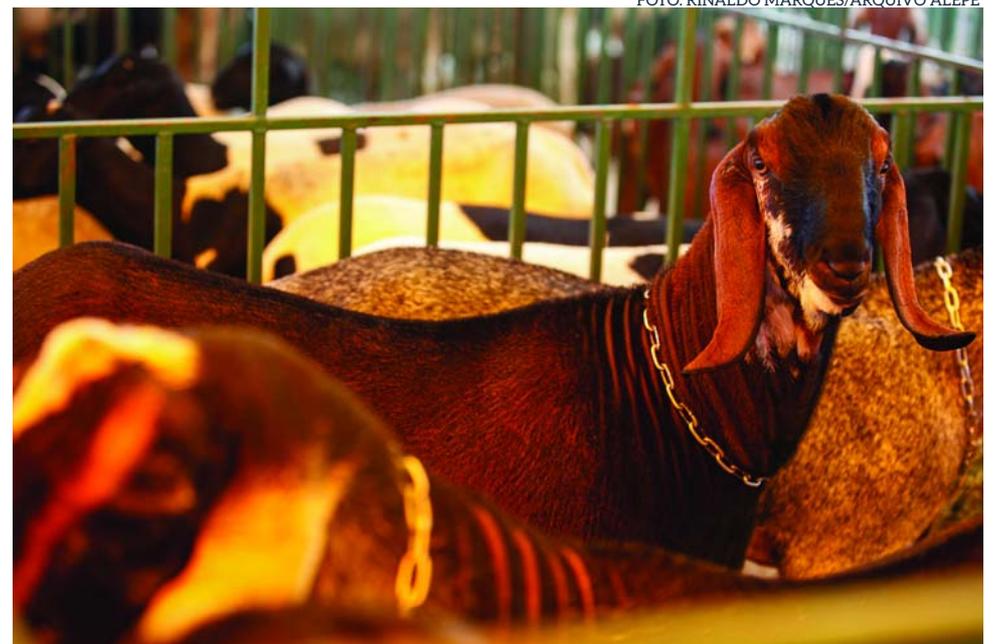


FOTO: RINALDO MARQUES/ARQUIVO ALEPE

Incentivos às diferentes economias rurais do Estado são considerados estratégicos

que já provocou danos profundos em cadeias produtivas importantes, a exemplo da Bacia Leiteira do Agreste, responsável por 400 mil empregos.

TRANSPORTES

As condições difíceis para o transporte de mercadorias em Pernambuco também são citadas como mais uma desvantagem e, na avaliação dos representantes do setor, seriam consequência da falta de recursos disponíveis. “Nossos custos com fretes são 30% a 40% superiores aos de outros Estados”, calcula o vice-presidente administrativo da Associação Avícola de Pernambuco (Avipe), Edival Veras.

Ele identifica a necessidade de conclusão da Ferrovia Transnordestina, que convive com atrasos desde 2011. A rede de trilhos ligará a região agroindustrial do Piauí ao Porto de Suape, em Pernambuco. “Cobrar que se acelere a melhoria da infraestrutura de transportes é um dos principais temas a serem enfren-

tados pela Assembleia Legislativa”, sublinha Veras.

PRODUÇÃO LOCAL

Os incentivos às diferentes economias rurais do Estado também são lembrados como estratégicos para a manutenção de bons resultados. É o caso da regulamentação da produção artesanal de queijos no Agreste, conforme defende o presidente da Sociedade Nordestina dos Criadores, Emanuel Rocha.

Alexandre Lima, que é presidente da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco, por sua vez, destaca a necessidade de políticas de estímulo ao uso de combustíveis limpos, o que pode favorecer a cultura da cana-de-açúcar na Zona da Mata.



Saiba mais

Para saber mais sobre o assunto, acesse pelo QR Code ou no link: alepe.pe.gov.br/noticias-especiais/



Aprender a comer

Inclusão das escolas no debate sobre alimentação saudável é aposta de lei federal para melhorar cardápio de crianças e adolescentes

Gabriela Bezerra

Uma rotina baseada em alimentos açucarados, ricos em gordura e pouco nutritivos compromete a saúde, sobretudo durante a fase de crescimento. A adoção desse padrão alimentar e suas consequências têm chamado atenção do Poder Público. Mesmo sem contar com uma disciplina específica, crianças e adolescentes deverão ter acesso, a partir de novembro, a educação alimentar e nutricional nas escolas, por meio de temas transversais.

O tópico foi incluído na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em abril, por meio da Lei Federal nº 13.666/2018. A expectativa é de que a sala de aula sirva também como local de conscientização sobre a importância da alimentação saudável. Na avaliação da nutricionista Luciana Nunes, “as ações de educação nutricional nas escolas são mais efetivas, já que são realizadas em grupo e, nessa fase, as crianças tendem a copiar as atitudes umas das outras”.

Outra vantagem, aponta, é o fato de o contexto escolar abranger também as famílias. Entre as estratégias que podem ser adotadas



A expectativa é de que a rede de ensino ajude a conscientizar jovens sobre a importância de escolher alimentos mais nutritivos

pelas escolas para tratar do tema, ela sugere atividades como feiras de ciências e diálogos dos alunos com profissionais da área.

Priorizar alimentos frescos e evitar, ao máximo, os processados e ultraprocessados é a recomendação básica do Guia Alimentar para a População Brasileira, lançado pelo Ministério da Saúde em 2014. O documento destaca ainda a importância de ser crítico em relação às propagandas comerciais.

Este ano, o Instituto Alana, que tem a promoção do direito e do desenvolvimento da criança como missão, lançou a campanha Abusivo Tudo Isso. A ação combate a venda de comida acompa-

nhada de brinquedo, com o intuito de frear o incentivo ao consumismo infantil e à adoção de hábitos alimentares não saudáveis. Com o Programa Criança e Consumo, há 12 anos, a entidade tem chamado atenção para os riscos da publicidade dirigida ao público infantil.

Assessor de relações governamentais do instituto, Renato Godoy conta que, atualmente, o principal desafio é a publicidade na internet, que tem acontecido “de forma completamente desenfreada e sem identificação de que são peças publicitárias”. “As propagandas em canais no YouTube e outras redes sociais acontecem à revelia da lei. A legislação prevê ilegalidade na

publicidade destinada ao público infantil independentemente do meio em que há veiculação”, argumenta.

Ainda segundo a nutricionista Luciana Nunes, “cada vez mais, a indústria dos alimentos lança produtos com excesso de carboidratos refinados, gorduras, corantes, além de outras substâncias artificiais apenas para acentuar sabor, crocância e aparência, mas que, nutricionalmente, não somam valor nenhum à alimentação”.

Presidente do Departamento de Nutrologia da Sociedade Brasileira de Pediatria, Virgínia Weffort explica que “os *fast foods* dão a falsa impressão de que a criança está alimentada, quando, na verdade, ela pode estar ficando obesa e com deficiência de vitaminas e ferro”. Ela pontua, ainda, que a má alimentação prejudica o crescimento físico, a capacidade de aprendizado, a imunidade e aumenta os riscos de doenças crônicas. Para a médica, a escola pode contribuir com a melhor alimentação, tanto em sala de aula quanto na cantina.

Professora do Departamento de Morfologia e Fisiologia Animal da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Andréa Mendonça pondera que a

FOTO: GIL MENEZES/CORTESIA

globalização e a urbanização colaboraram com a mudança no padrão de consumo alimentar. A docente observa que, atualmente, “gasta-se mais com um alimento processado do que comendo um natural”. “Mas as pessoas foram condicionadas, ao longo dos tempos, a escolher o mais fácil”, argumenta.

REDE ESTADUAL

De acordo com a Secretaria de Educação, desde abril do ano passado, a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem está garantida pela Instrução Normativa nº 03/2017. “A temática é bastante relevante nos dias atuais, visto que pessoas do mundo inteiro se mobilizam para cuidar do tipo de alimento que consomem, refletindo sobre os benefícios e malefícios dos produtos industrializados”, observa a superintendente do Programa de Alimentação Escolar do Estado de Pernambuco, Marieta Pinho Barros.

A gestora explica, no entanto, que, durante o ano letivo, as equipes de nutricionistas “não conseguem realizar as atividades de educação alimentar em todas as escolas”. Diante desse cenário, analisa que “é muito relevante a atuação de toda a equipe pedagógica das unidades de ensino no desenvolvimento de ações permanentes em sala de aula”.

Deputados divergem sobre IMC nas escolas

A realização anual do cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC) nas escolas públicas e privadas foi proposta na Alepe como medida de alerta para dificuldades no desenvolvimento infantojuvenil. Apresentado pelo deputado Adalto Santos (PSB), o Projeto de Lei nº 1602/ 2017 foi rejeitado pela maioria dos parlamentares da Comissão de Justiça.

De acordo com a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), o IMC [veja no quadro como calcular] contribui para o diagnóstico da desnutrição e da obesidade, conforme orientação da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Na justificativa da proposta apresentada por Adalto Santos, foi dito que “embora (o IMC) seja um teste simples, pode indicar, de forma fácil, graves riscos à saúde relacionados à alimentação”.

Relator do PL na Comissão de Justiça, Antônio Moraes (PP) votou pela rejeição da medida: “Apesar de ser uma louvável iniciativa, o projeto apresenta vícios de inconstitucionalidade, uma vez que envolve custos, tais como a disponibilização e remuneração de profissionais capacitados para a realização de exames”, disse.

Um dos favoráveis à proposta, o deputado Rodrigo Novaes (PSD), por sua vez, defendeu a iniciativa: “Acredito que o projeto pode despertar novas políticas públicas voltadas para a questão”.

PAPEL DOS PAIS

“As escolas estão cada vez mais conscientes, modificando os lanches oferecidos e incentivando bons hábitos alimentares. No entanto, essa não é uma função apenas das unidades de ensino, é também

TIPOS DE ALIMENTOS



Saiba mais

Para saber mais sobre o assunto, acesse pelo QR Code ou no link:



alepe.pe.gov.br/noticias-especiais/

um dever familiar”, é o que avalia a nutricionista Luciana Nunes, que tem como uma das linhas de atuação jus-

tamente a nutrição infantil. “Não são as crianças que decidem a lista do supermercado e, sim, os pais”, explicita.

Barreiras do silêncio

Educação acessível, difusão da Língua Brasileira de Sinais e fiscalização de leis são caminhos para garantir inclusão de surdos

Ivanna de Castro

Sem conseguir ouvir as notas musicais, é pela vibração do violino sobre os ombros que Camilly Lins, 12 anos, percebe o som emitido pelo instrumento que estuda há pouco mais de nove meses. Aluna do Instituto Sons do Silêncio, no Recife, a menina tem surdez bilateral profunda em decorrência de uma meningite que a acometeu ainda bebê. A deficiência, no entanto, não limita os planos futuros da jovem, que quer dividir o tempo entre a profissão de veterinária e a música.

“Meu sonho é que Camilly seja o que quiser. A deficiência não interfere em outras habilidades e funções. Se ela tiver direcionamento e apoio da sociedade, assim como tem da família, será capaz de tudo”, acredita a mãe da estudante, a advogada Maria Carolina Lins. Ela já observa avanços no desenvolvimento da filha: “As aulas de música ajudam na socialização, melhoram a concentração e mostram a Camilly do que ela é capaz”.

Fundador do instituto, o pedagogo Carlos Alberto Alves desenvolveu um método para ensinar música a alunos surdos. Primeiro, mostra a posição dos dedos no instrumento para emitir a nota. Depois, o estudante sente a



Pedagogo Carlos Alves desenvolveu método para ensinar música a alunos surdos

vibração com as mãos. Em seguida, apresenta-se o sinal da nota na partitura para, finalmente, o aluno experimentar o instrumento.

“Vejo que muitos chegam sem perspectivas de futuro, como fazer uma faculdade ou construir uma família. A música permite que voltem a ter planos”, conta Alves, que deseja formar a primeira banda filarmônica brasileira composta integralmente por surdos. “Percebi, nesse processo, que muitos alunos conseguiam ler a partitura, mas não sabiam ler em Português. Então decidi oferecer, também, aulas de Libras [Língua Brasileira de Sinais] e de reforço escolar”, complementa o pedagogo, que faz o trabalho de forma voluntária.

EDUCAÇÃO ACESSÍVEL

Coordenador do Programa Ciranda Auditiva, da Universidade de Pernambuco (UPE),

o professor Luiz Albérico Falcão defende que a educação do surdo utilize métodos diferenciados. Isso porque, entende ele, a mera presença da criança na escola e o uso de intérpretes de Libras nas salas de aula – ambos direitos e avanços garantidos pela legislação – não asseguram, sozinhos, a inclusão. “É necessário ofertar ao estudante um suporte metodológico e imagético”, explica o especialista.

A Escola Estadual Governador Barbosa Lima, no Recife, oferece uma metodologia diferenciada para atender os 158 alunos surdos. Além dos intérpretes nas salas de aula, uma equipe de professores, pedagogos e psicólogos utilizam recursos multimídias no contraturno escolar. “Em um trabalho sobre a Revolução Industrial, estudamos o tema junto com

eles, por meio de textos, pesquisas na internet, maquetes e imagens”, relata a professora Maria Geane Lima.

No entanto, profissionais capacitados e metodologia adaptada não são a regra. “Infelizmente, em muitos casos, a experiência educacional do surdo é solitária, pois ele se relaciona apenas com o intérprete”, verifica a professora do curso de Letras Libras da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Sueli Fernandes. “O primeiro passo para tirar a criança surda do isolamento é garantir que ela e sua família aprendam a Libras”, entende Luiz Albérico Falcão.

Surdos e pessoas com deficiência auditiva no Brasil somam, segundo o Censo 2010, 9,7 milhões de pessoas. A Libras é reconhecida como meio de comunicação e expressão no Brasil desde a publicação da Lei Federal nº 10.436, em 2002. No entanto, o desconhecimento por grande parte da população e o uso restrito dela fora da comunidade surda são barreiras enfrentadas cotidianamente por quem não ouve.



Saiba mais

Para saber mais sobre o assunto, acesse pelo QR Code ou no link: alepe.pe.gov.br/noticias-especiais/



Pelo direito de competir

Norma garante isenção da taxa de inscrição dos eventos esportivos para atletas de baixa renda

Geanne Gouveia

“Foi com o esporte que consegui realizar o meu maior sonho: ter a minha casa própria.” A história de Maria de Lourdes Souza, 36 anos, conhecida como Pretinha, é um exemplo de superação e persistência. Ela encontrou no atletismo não só a chance de crescer profissionalmente e ser reconhecida, mas também a oportunidade de atingir seu objetivo. Foi aos 18 anos que participou da sua primeira corrida. De lá para cá, já foram mais de 400 competições, 57 delas conquistando o primeiro lugar. Porém, alcançar esses feitos, segundo conta, não foi fácil.

A atleta trabalhava como empregada doméstica e ganhou o primeiro tênis da ex-patroa, como incentivo para praticar o esporte. “Decidi largar o trabalho para me dedicar à corrida, aos treinos e às competições porque vi ali uma forma de me manter.” Contudo, o fato de não ter mais uma renda fixa trouxe uma outra dificuldade: muitos eventos esportivos cobram taxa de inscrição. Pensando nesse público, a Alepe aprovou a Lei nº 16.356/2018, que assegura isenção do pagamento,



FOTO: SABRINA NÓBREGA

A atleta Maria de Lourdes diz que agora não vai deixar de participar de corridas por não ter dinheiro

mediante comprovação de renda inferior a um salário mínimo.

Segundo a norma, os organizadores de eventos esportivos são obrigados a reservar pelo menos 5% das vagas para aqueles que se enquadram nesse perfil. Para o autor da proposta, deputado Bispo Ossesio Silva (PRB), a medida vai proporcionar inclusão social. “As pessoas mais carentes que, muitas vezes, não têm condições financeiras de participar desses eventos poderão garantir suas vagas”, explicou.

Maria de Lourdes comemora a chegada da lei e vê surgir novas oportunidades, principalmente para quem não tem patrocínio. “Agora, eu posso ficar mais tranquila, porque sei que a inscrição da corrida vai estar garantida e não vou deixar de participar por não ter o dinheiro”, comenta.

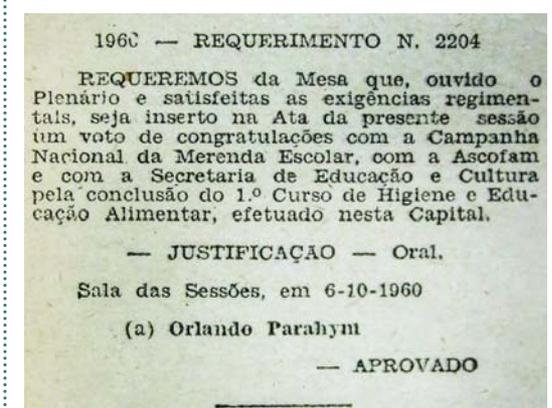
A pentatleta e secretária-executiva de Esportes do Recife, Yane Marques, também vê com bons olhos a criação da lei. “Estou muito feliz, porque existe um número considerável de pessoas de baixa renda que praticam esportes e que serão beneficiadas.” Ela lembra, ainda, que a Prefeitura do Recife não cobra valor de inscrição para eventos esportivos.

Documento Histórico

Primeiro curso de educação alimentar de Pernambuco

Com o objetivo de discutir o problema nutricional das crianças em ambiente educacional e fomentar o papel da escola na promoção da saúde pública, foi realizado, na década de 1960, o primeiro curso de Higiene e Educação Alimentar de Pernambuco. Resultado de parceria entre a Secretaria de Educação do Estado e a Associação Mundial de Luta contra a Fome (Ascofam) – entidade internacional presidida pelo médico pernambucano Josué de Castro –, a iniciativa ganhou destaque na tribuna na Assembleia Legislativa.

Um dos palestrantes da aula inaugural foi o então deputado Orlando Parahym. Na época, o parlamentar repercutiu o assunto durante Reunião Plenária e apresentou requerimento de Voto de Congratulações pelo curso. A formação teve como público-alvo professores e supervisores municipais. O conteúdo programático oferecido aos participantes incluía pesquisas relacionadas à bromatologia (estudo dos alimentos), fisiopatologia (estudo de funções anormais ou patológicas do organismo) e à tecnologia alimentar.



CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo. Requerimento datado de 6 de outubro de 1960. Acervo do Arquivo Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

Meio século sem o poeta de Pasárgada

Falecido em 13 de outubro de 1968, aos 82 anos, Manuel Bandeira deixou versos carregados de nostalgia pelo Recife das aventuras de infância

Ana Lúcia Lins

“Rua da União...

Como eram lindos os nomes das ruas da minha infância

Rua do Sol

(Tenho medo que hoje se chame do Dr. Fulano de Tal)

Atrás de casa ficava a rua da Saudade...

...onde se ia fumar escondido

Do lado de lá era o cais da rua da Aurora...

...onde se ia pescar escondido”

Os versos de Evocação do Recife, de Manuel Bandeira, lembram uma cidade que deixou marcas profundas no coração do poeta. Quando criança, ele viveu oito anos na Capital e registrou recordações em vários trechos de sua obra, considerada um clássico da literatura brasileira. No dia 13 de outubro, fez 50 anos que Bandeira morreu, aos 82 anos, vítima de hemorragia gástrica. Deve ter ido “embora pra Pasárgada”, parodiando outro poema do pernambucano, que remete a um mundo imaginário onde ele sonhava viver para sempre.

Manuel Bandeira nasceu no Recife, em 19 de abril de 1886. Viveu na Capital pernambucana até os 4 anos de idade, depois mudou-se para o Rio de Janeiro, voltando à “Veneza brasileira” para morar dos 6 aos 10 anos. No sobrado nº 263 da Rua da União, bairro da Boa Vista (Centro), ficava a casa do avô materno, Antônio José da Costa Ribeiro – que foi, inclusive, deputado geral.

No casarão neoclássico, desde 1986 funciona o Espaço Pasárgada, que abriga produções literárias e foi criado para



O pernambucano é considerado precursor do Modernismo

celebrar o centenário de nascimento do poeta. A gestora da entidade, Marília Mendes, destaca a importância da casa-museu: “Quem conhece a obra de Manuel Bandeira se encanta ao saber que ele morou aqui. Essa é a maior poesia que a casa tem”, assinala.

O MODERNISMO

Manuel Bandeira é um dos grandes escritores do século 20. É considerado o precursor do Modernismo, movimento literário e artístico que tinha influência europeia e rompeu com o tradicionalismo, instituindo o verso livre, sem a obrigatoriedade da contagem de sílabas. O auge dessa nova corrente foi a Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo. Bandeira não foi ao evento, mas encaminhou o poema Os Sapos, que foi lido por Ronald de Carvalho, no Teatro Municipal.

O doutorando em Literatura e Interculturalidade pela Universidade Estadual da Paraíba André Cervinskis, que é autor de quatro livros sobre o escritor pernambucano, salienta a importância de Bandeira nesse contexto. “Ele era como se fosse o pai do Modernismo. Tinha

muita amizade com os expoentes da época, como Rachel de Queiroz, Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Guimarães Rosa. Ajudava poetas jovens, lia os poemas, dava sugestões”, comenta.

O professor de Letras da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Anco Márcio Vieira também observa: “Mário de Andrade dizia que ele era o ‘João Batista’, aquele que anunciava o Modernismo. Mas também tinha uma presença muito marcante em outro movimento modernista: o Regionalismo de Gilberto Freyre (primo de Manuel Bandeira), que vai ter, de alguma maneira, certa influência sobre o poeta pernambucano”.

A OBRA

Simple e coloquial, o escritor via lirismo nas cenas cotidianas e criava poéticas profundas com a linguagem do dia a dia. “Era um homem que estava à frente do seu tempo. Escreveu muitas crônicas falando sobre a cidade, criticando a urbanização desenfreada. Tinha muita consciência do espaço em que vivia. Ele também usava a poesia como um instrumento de luta e de reivindicação”, afirma a gestora do Espaço Pasárgada, Marília Mendes.

André Cervinskis complementa destacando um trecho de obra do pernambucano. “Tem uma crônica em que ele diz: ‘Eu queria o Recife da minha infância egoisticamente. E o Recife hoje é uma cidade sem jardins. Não, eu não aceito o Recife como está. Agora está com arranha-céus, com trânsito, sem aquele ar provincial com o qual as pessoas iam à praça, sentar, conversar’”, assinala.



Saiba mais

Para saber mais sobre o assunto, acesse pelo QR Code ou no link:

alepe.pe.gov.br/noticias-especiais/



Você pode contribuir com o conteúdo do Tribuna Parlamentar enviando sugestões, elogios e críticas para o e-mail tribunaparlamentar.alepe@gmail.com. Participe!